

COMUNIDADE CÍVICA: O CÍRCULO VIRTUOSO DEMOCRÁTICO DA EFICÁCIA INSTITUCIONAL

CIVIC COMMUNITY: THE DEMOCRATIC VIRTUOUS CIRCLE OF INSTITUCIONAL EFFECTIVE

Rodrigo Araújo DIAS¹

RESUMO: estar na hora certa e no lugar certo faz toda a diferença. Poucos foram os cientistas sociais aos quais foi dado o privilégio de vivenciar, desde o início, mudanças institucionais ocorridas em determinada região. Robert Putnam foi um deles. E o raro privilégio de que ele e seus colaboradores gozaram rendeu-nos *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*, clássico da ciência política contemporânea, de estilo fluido e corrente, rico nos detalhes referentes às transformações pelas quais passou a Itália, ao longo das duas últimas décadas do século passado. A análise de Putnam pretende determinar qual a participação do desenvolvimento econômico na eficácia do governo institucional. Nele, a modernidade econômica é medida como um escore fatorial baseado na renda *per capita* e no produto regional bruto, nas parcelas da força de trabalho empregadas na agricultura e na indústria nas vinte regiões, durante o período 1970-1977.

PALAVRAS-CHAVES: democracia; desenvolvimento econômico; governo institucional.

ABSTRACT: being in the right place in the right time makes all difference. A few social scientists had the privilege of experience, since the beginning, institutional changes that happened in certain regions. Robert Putnam was one of them. An the rare privilege he and his collaborators enjoyed rendered to us *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*, a classical work of the contemporary political science, with a smooth and flowing style, rich in details about the changes which Italy have been through along the two decades of the past century. Putnam's analysis aims at determining what was the participation of the economic development in the efficacy of the institutional government. In the latter, the economic modernnes is measured as a coefficient score based on the per capita income as well as on the gross national product, in the work forces classes used in agriculture and industry in the twenty regions, during the period of 1970-1977.

KEYWORDS: democracy; economic development; institutional government.

¹ Bacharel em Economia e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE - Recife / PE.

1 INTRODUÇÃO

Estar na hora certa e no lugar certo faz toda a diferença. Poucos foram os cientistas sociais aos quais foi dado o privilégio de vivenciar, desde o início, mudanças institucionais ocorridas em determinada região. Robert Putnam foi um deles. E o raro privilégio de que ele e seus colaboradores gozaram rendeu-nos *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*, clássico da ciência política contemporânea, de estilo fluido e corrente, rico nos detalhes referentes às transformações pelas quais passou a Itália, ao longo das duas últimas décadas do século passado.

Em *Comunidade e Democracia*, Putnam se propõe o objetivo de estudar a reforma institucional italiana, com isso esperando contribuir para a compreensão do desempenho das instituições democráticas. Assim, por exemplo, questionamentos quanto ao modo pelo qual as instituições influenciam a prática da política no país ou, ainda, quais seriam as variáveis envolvidas no desempenho de uma instituição, ou em relação a qual fator está atribuída a qualidade de uma democracia são respondidos e comprovados empiricamente no decorrer do livro de Putnam.

A viagem exploratória do autor inicia-se em princípios de 1970, quando o Parlamento italiano atribui autonomia política às províncias, criando, simultaneamente, quinze novos governos regionais e cinco regiões especiais, com estruturas e mandatos constitucionais basicamente idênticos.² A experiência regional italiana, segundo Putnam, foi feita sob medida para um estudo comparativo da dinâmica e da ecologia do desenvolvimento institucional (2003, p. 23).

Não obstante o objetivo do livro seja teórico, o método ali adotado é empírico. Parte-se da tentativa de determinar que variáveis são fundamentais para a eficiência política na região. Quanto às notáveis diferenças institucionais observadas entre as regiões Norte e Sul, a quais fatores se podem atribuí-las? Putnam levanta a hipótese de que o desempenho institucional é moldado pelo contexto social em que elas atuam.

² É importante atentar para o fato de que, apesar de os novos governos regionais possuírem estruturas idênticas, o contexto sócio-econômico, político e até mesmo o cultural eram completamente diferentes entre as regiões, notadamente entre as regiões Norte e Sul do país.

O conceito de desempenho institucional baseia-se em um modelo de governança, no qual as demandas sociais, interação política, governo, opção da política e implementação seguem uma direção gradativa, retilínea, onde a participação deliberativa do meio social influencia as reações das políticas adotadas pelas instituições governamentais. A fim de que ostente um bom desempenho, uma instituição democrática deve ser, ao mesmo tempo, sensível e eficaz: sensível às demandas do eleitorado e eficaz na utilização de recursos limitados para atender a essas demandas (PUTNAM, 2003, p. 24-25).

Para responder cada uma das perguntas levantadas, bem como fornecer todo tipo de informação necessária à continuidade da pesquisa, foi adotada uma metodologia através da qual se realizou uma série de estudos nos quais se utilizaram inúmeras entrevistas pessoais com conselheiros regionais e líderes comunitários, sondagens nacionais junto ao eleitorado, como também um exame minucioso de indicadores estatísticos de desempenho institucional em todas as vinte regiões.

Este artigo, portanto, longe de ater-se aos resultados do estudo de Putnam, concentra-se nos métodos dos quais ele se vale para alcançá-los, consistindo, assim, em uma análise metodológica das explicações para o desigual desempenho institucional observado nas regiões Norte e Sul da Itália.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Para que se analise o desempenho das instituições regionais, faz-se necessário retornar à história de cada uma das regiões observadas.

Putnam inicia sua exposição através de dois pontos fundamentais, baseados no novo institucionalismo: (1) as instituições moldam a política; (2) as instituições são moldadas pela história (PUTNAM, 2003, p. 23).

O primeiro axioma, fortemente influenciado pelo institucionalismo sociológico, contraste da perspectiva da escolha racional, que acentua o caráter instrumental das instituições, privilegia a dimensão normativa e cultural.³ O institucionalismo sociológico

³ Para maiores detalhes sobre os tipos de abordagens do institucionalismo, recomenda-se a leitura de Hall e Taylor (1996), artigo no qual os autores trabalham as definições e implicações dos institucionalismos histórico, da escolha racional e sociológico. Semelhantemente, Kaufman (1998), que acrescenta às abordagens de Hall e Taylor apenas o institucionalismo da economia política.

argumenta que as instituições são algo além de determinantes dos cálculos estratégicos dos atores. Mais do que isso, elas influenciam o resultado porque moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores políticos em questão. Segundo essa concepção, a continuidade de uma instituição obedece à lógica da *adequação social*, em contraposição à lógica da instrumentalidade, na medida em que a funcionalidade ou disfuncionalidade das instituições não são elementos cruciais para se aferir sua longevidade.

Já o segundo axioma levantado por Putnam não deixa de relembrar o institucionalismo histórico. O institucionalismo histórico compreende a relação entre instituições e comportamento dos atores em termos amplos, incorporando tanto a noção de eficiência quanto a de legitimidade social. Essa abordagem enfatiza as assimetrias de poder relacionadas à operação e ao desenvolvimento das instituições e opera com as noções de *path dependency* (dependência da trajetória). De acordo com essa teoria, o curso da história é composto por longos períodos de equilíbrio entrecortados por momentos de crise, dos quais derivam novos arranjos institucionais que irão determinar o *modus operandi* dos agentes do processo histórico (*path dependency*), até que uma nova crise engendre novos arranjos institucionais.⁴

Deve-se notar, ainda, que *Comunidade e Democracia* foi tecido também com os fios do institucionalismo da escolha racional. A política é concebida pelos adeptos da escolha racional como um conjunto de dilemas de ação coletiva, situações em que os atores, agindo com o propósito de maximizar a realização de suas preferências, terminam por produzir resultados coletivamente insatisfatórios. O problema da ação coletiva, descrito por Mancur Olson (1999), encontra aplicação crescente à medida que os números crescem, visto as oportunidades para se comportar como uma carona, se multiplicarem. Para Olson,⁵ o ponto de partida é a racionalidade dos indivíduos, que os impele à inação, mesmo quando existe convergência de interesses com outros indivíduos.

Enfatizar o papel da interação estratégica na determinação dos processos políticos também é uma característica dos teóricos da

⁴ Antônio Sérgio Araújo Fernandez (2002) faz excelente explanação sobre os conceitos de institucionalismo histórico e *path dependency*. Também Barry Ames (2003) faz relevantes anotações sobre o tema, embora de modo mais sucinto.

⁵ Partindo do princípio de que os indivíduos de um grupo não agirão em prol de um objetivo comum, a menos que haja coerção, Olson (1999) defende a idéia de que as ações coletivas não seguem a mesma lógica que rege as ações individuais.

escolha racional. Esses teóricos, portanto, adotam a abordagem do cálculo em relação ao problema de como as instituições afetam o comportamento. Os atores criam as instituições, fundamentalmente, para obter ganhos de cooperação. Aqui não há lugar para a noção de *path dependency*: as instituições existem porque são funcionais e deixam de existir quando não o são mais.

De acordo com Downs (1999), racionalista convicto, são tomadores de decisão os partidos políticos, os grupos de interesse, os governos e os eleitores; todos agem racionalmente quando o assunto é política e mostram as mesmas qualidades para a escolha de suas decisões. O eleitorado é formado pelo *homo politicus*, o cidadão racional da democracia modelo. Presume-se, portanto, que sua avaliação de cada circunstância será efetivada à luz dos custos e benefícios exigidos pelo equilíbrio. Sua racionalidade significa eficiência em ter escolhido o governo que mais atende a suas preferências, governo no qual a probabilidade de suas necessidades serem atendidas mostra-se maior.

Ao levantar esses pontos fundamentais, o autor tenta demonstrar quais são as restrições que a história, o indivíduo como maximizador-oportunista e o contexto social impõem ao êxito institucional.

3 A COMUNIDADE CÍVICA É A CHAVE

Conforme enunciado, pretende-se, aqui, abordar quais métodos foram utilizados para a explicação dos diferentes desempenhos institucionais observados nas regiões Norte e Sul da Itália. A pergunta a ser respondida é qual ou quais as principais variáveis que explicam a desigualdade no desempenho dos governos dessas duas regiões. Qual ou quais fatores concorrem para o bom desempenho institucional no Norte? Do mesmo modo, quais variáveis explicam o mau desempenho das instituições no Sul? Tal análise encontra-se basicamente no capítulo 4, intitulado *Explicação do Desempenho Institucional*. Sobre ele, portanto, versar-se-á.

Ao iniciar tal capítulo, Putnam concentra-se em duas possibilidades genéricas, visando responder a questão daquilo que de fato favorece o sucesso institucional no Norte e o fracasso no Sul. As hipóteses por ele levantadas atribuem o desempenho desigual das instituições no Norte e no Sul à modernidade sócio-econômica e à comunidade cívica.

Para Lipset (apud DAHL, 1997, p. 13), existiria uma relação direta entre o grau de modernização da sociedade e a democracia, ou seja, a democracia, para ele, é diretamente proporcional à situação de desenvolvimento econômico. Quanto mais próspera a nação, maior será a probabilidade de que ela sustente a democracia, isto é, de que tenha uma estabilidade democrática.

A análise de Putnam pretende determinar qual a participação do desenvolvimento econômico na eficácia do governo institucional. Nele, a modernidade econômica é medida como um escore fatorial baseado na renda *per capita* e no produto regional bruto, nas parcelas da força de trabalho empregadas na agricultura e na indústria nas vinte regiões, durante o período 1970-1977.

Após a realização da regressão desenvolvida por Putnam, encontrou-se uma correlação positiva bastante satisfatória ao índice de modernidade econômica ($r = 0,77$),⁶ daí se concluirá que a modernidade econômica está, de algum modo, associada ao bom desempenho das instituições políticas. Apesar da clareza do resultado, o que ainda permanece em dúvida para o autor é se a modernidade é uma das causas do desempenho, ou se o desempenho institucional é, na verdade, uma das causas da modernidade ou, ainda, se a relação entre modernidade e desempenho é mesmo mais complexa.

Pode-se afirmar, então, que a hipótese segundo a qual a modernidade econômica é a grande responsável pela qualidade do governo institucional não deve ser integralmente aceita, já que a relação modernidade-desempenho institucional não se mostrou nitidamente correlacionadas. Diante disso, Putnam parte para a segunda questão. Seria a comunidade cívica a grande responsável pela eficiência governamental das instituições?

Em seu clássico *Poliarquia: participação e oposição*, Robert Dahl (1997) rompe com o esquema explicativo imposto por Lipset e sua teoria da modernização, ao definir as variações institucionais como variáveis explicativas do processo democrático.

Antes de adentrarmos no resultado empírico do teste feito por Putnam, julgamos importante conhecer mais detalhadamente o conceito de comunidade cívica.

⁶ A verificação da figura que Putnam esboça na página 99 de seu livro possibilitará ao leitor compreender mais claramente o assunto.

Numa comunidade cívica, a cidadania se caracteriza primeiramente pela participação nos negócios públicos. O interesse e participação nas causas públicas são os principais sinais da virtude cívica. A comunidade cívica não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus oponentes.⁷

A comunidade cívica de Putnam segue um papel semelhante ao conceito de esfera pública criado por Habermas (1997), segundo o qual a característica central da esfera pública é a participação igualitária e pública de um sujeito plural que discute os problemas a partir de um processo comunicativo ou dialógico, no qual prevalece a autoridade do melhor argumento. Outra característica central do conceito de esfera pública é a idéia de ampliação do domínio público ou de ampliação e/ou incorporação de novos temas, problemas e questões que passam a ser objeto de uma discussão pautada na argumentação racional de caráter público.

O núcleo institucionalmente organizado da esfera pública é o que Habermas (1997, p. 104) chama de sociedade civil, ou seja, o conjunto de movimentos, organizações e associações que captam os ecos dos problemas sociais que fluem das esferas privadas e se condensam nas esferas políticas. Putnam afirma que, em uma comunidade cívica, as associações de indivíduos que pensam da mesma forma contribuem para um governo democrático eficaz.

O bom funcionamento de uma sociedade civil pressupõe liberdade de imprensa, opinião, reunião, pluralismo, proteção da privacidade, cidadania autônoma e esfera pública privada. Uma esfera pública organizada na sociedade civil e baseada na formação da opinião livremente formada, capaz de influenciar a formação da opinião e da vontade política do complexo parlamentar, forma, para Habermas, a tradução sociológica do conceito de política deliberativa.⁸

Para tentar determinar o grau de civismo nas vinte regiões italianas pesquisadas, Putnam cria um modelo, no qual quatro variáveis explicativas serão testadas. São elas: (1) número de associações; (2)

⁷ Para considerações sobre a coexistência necessária entre participação, oposição pública e tolerância em regimes democráticos ver, por exemplo, Dahl (1997), Reis (2002) e Przeworski (1999).

⁸ A idéia de democracia enquanto um fórum deliberativo é amplamente discutida em Avritzer (2000). A esse respeito, pode-se consultar também Elster (1997).

leitura de periódicos diariamente; (3) votação em eleições preferenciais; (4) participação em referendos (PUTNAM, 2003, p.110).

Os resultados revelaram um maior grau de comunidade cívica em regiões que apresentaram um grande número de associações desportivas, culturais, recreativas, ($r = 0,978$), bem como em regiões onde a população possui hábito de ter contato com meios de comunicação, como periódicos e revistas ($r = 0,893$).

A participação em referendos também possui uma grande correlação com o civismo. A principal motivação de quem vota, no referendo, é a preocupação com as questões políticas, aumentada talvez por um senso mais aguçado de dever cívico. A regressão feita entre os anos de 1974-87 mostra uma correlação positiva bastante boa ($r = 0,944$).

Por último, os que utilizam o voto preferencial, reconhecidamente um indicador seguro da política do clientelismo, têm poucos motivos para comparecer às urnas, quando a eleição não lhes oferece a possibilidade de obter vantagens pessoais imediatas. Índice de correlação satisfatório para tal variável analisada entre os anos 1953-79, ($r = -0,947$).

De acordo com a idéia que se faz da comunidade cívica, existe de fato uma estreita relação entre essas quatro variáveis explicativas apresentadas, na medida em que as regiões onde é grande a participação em referendos e inexpressivo o uso de voto preferencial são praticamente as mesmas, aí existindo uma densa rede de associações civis e um elevado número de leitores de jornal.

Do ponto de vista geográfico, as regiões que apresentam um maior grau de comunidade cívica são, sem dúvidas, aquelas localizadas ao norte da Itália, ao passo que as regiões localizadas no sul do país apresentam um grau de civismo bastante reduzido.

Como resultado do teste empírico, percebe-se que a correlação entre desempenho institucional e comunidade cívica não deixa de provocar espanto, possuindo um grau de correlação bastante elevado ($r = 0,92$). Neste sentido, a comunidade cívica é um determinante mais forte que o próprio desenvolvimento econômico. Quanto mais cívica a região, mais eficaz seu governo.

4 COMUNIDADE CÍVICA E REPUBLICANISMO

Através de testes empíricos realizados nas vinte regiões italianas, Putnam observa uma certa congruência entre comunidade cívica e republicanismo⁹ chegando a ponto de se obter uma correlação ótima ($r = 0,90$) entre essas duas variáveis. E, mais uma vez, percebe-se um maior grau de republicanismo nas regiões localizadas ao norte da península italiana.

No que diz respeito ao republicanismo tem-se que certas decisões políticas são tomadas com o intuito de realizarem o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade. Para essa teoria, os membros da sociedade são conscientes; sabem o que querem; discernem entre bom e mau (fenômeno social e/ou medida tomada); tomam parte ativa da vida pública e controlam também os negócios. A administração pública tem sua ação na vontade do povo, que participa ativamente das deliberações públicas. A própria eficácia do governo regional está estreitamente relacionada com o grau em que o intercâmbio entre elite e massa se organiza horizontal ou hierarquicamente. Segundo Putnam, a igualdade é característica central e essencial da comunidade cívica (PUTNAM, 2003, p. 118).¹⁰

Putnam observa que as regiões mais cívicas da Itália, onde os cidadãos se sentem aptos a participar das deliberações públicas sobre as opções políticas e onde essas opções melhor se traduzem em políticas públicas efetivas, abrigam algumas das cidades mais modernas italianas (PUTNAM, 2003, p. 128). Essa descoberta desfaz qualquer dúvida acerca da possibilidade de que a modernização indica, necessariamente, a não existência de comunidade cívica.

Em uma série de entrevistas realizadas entre 1975 e 1989, perguntou-se a aproximadamente 25 mil pessoas qual o grau de sua satisfação com a vida que levavam.¹¹ Os resultados obtidos comprovam um maior grau de satisfação localizado na região norte, isto é, na região mais cívica do país. Conclui, então, o autor: “[...] a felicidade mora numa comunidade cívica” (2003, p. 126).

⁹ O republicanismo, juntamente com o minimalismo e a democracia deliberativa, compõe o cerne das discussões em que está imersa a moderna teoria democrática.

¹⁰ Estuda-se o republicanismo, por exemplo, em Melo (2002), bem como em Habermas (2002). Já aspectos do liberalismo igualitário são tratados em Vita (2002).

¹¹ Os questionários traziam as opções “muito satisfeitas”, “razoavelmente satisfeitas”, “não muito satisfeitas” ou “nada satisfeitas” (2003, p. 126).

Nas regiões localizadas ao norte do país, a maioria dos cidadãos acompanha atentamente os assuntos comunitários nos periódicos locais, obedecem às leis, seus líderes são razoavelmente honestos e suas redes sociais e políticas organizam-se de modo horizontal, e não hierarquicamente. O governo funciona. A comunidade valoriza a solidariedade, o engajamento cívico, a cooperação e a honestidade. Para Putnam, não é de se admirar que nessas regiões o cidadão esteja contente (2003, p. 128).

Diferentemente de Habermas, que valoriza a participação civil das deliberações institucionais, e Putnam, que descreve o civismo com a variável mais explicativa para o bom desempenho institucional de um governo, para Schumpeter (1984) a realidade é outra: o eleitor não tem o conhecimento necessário para a tomada de decisões políticas. Seu estoque de conhecimento e informações é limitado, restringindo-se à vida diária e à sua realidade. Consiste das coisas que interessam diretamente ao indivíduo (família, negócios, *hobbies*, amigos, sindicatos), para os quais ele envolve uma espécie de responsabilidade induzida por uma relação direta com os efeitos favoráveis e desfavoráveis de um determinado curso de ação. O senso de realidade do eleitor é limitado às relações de familiaridade e responsabilidade.

Com o senso de responsabilidade restrito (pela falta de conhecimento amplo e familiaridade), as grandes questões políticas têm lugar de pouco interesse na mentalidade do cidadão, o que também explica a ausência de uma vontade eficaz.¹² Enfim, a ignorância do cidadão comum e a falta de bom senso em relação a assuntos de política interna e externa são conseqüências dessas restrições. O eleitor, por exemplo, não se considera responsável pelos atos efetuados pelos políticos que ele elegeu.

Além da vontade do eleitor nem definida nem autônoma, ela é constantemente influenciada pela publicidade e outros métodos de persuasão. A iniciativa parte do candidato à eleição, a qual é motivada pelo apoio que ele visa despertar. A persuasão dá-se através de uma afirmação repetida, que tem mais peso que um argumento racional, a qual atua diretamente sobre o subconsciente do eleitor. O eleitorado, assim, limita-se a aceitar uma candidatura preferencialmente a outras, ou a recusar a sufragá-la.

¹² Reis (2002), entretanto, sustenta o argumento de que a apatia política deve antes ser vista como um direito que todo sistema político se vê forçado a reconhecer do que meramente como uma conduta idiossincrática, talvez apenas preguiçosa, adotada por alguém que não quer arcar com os custos da participação.

Na realidade, o eleitor não provoca nem decide casos. O campo de ação na esfera pública é infinitamente mais amplo do que os campos da vida privada ou profissional do simples cidadão. Desse modo, o indivíduo comum é, ao menos em termos políticos, totalmente irracional, estando longe da tomada de decisões e perdendo, com isso, o senso de realidade política.

Não há como não se notar uma certa semelhança na definição democrática schumpeteriana com a situação da política regional na região sul da Itália, a qual Putnam descreve como não-cívica. Nessa região, a vida pública organiza-se horizontalmente. Nela, o próprio conceito de cidadão é deformado. Do ponto de vista do indivíduo, a coisa pública é problema vosso – os políticos –, e não nosso – os cidadãos. Poucos querem tomar parte das deliberações sobre o bem público, e poucas oportunidades existem para isso.

Segundo Putnam, a participação política nessa região é motivada pela dependência ou ambição pessoais, e não pelo interesse coletivo. As leis são feitas para serem transgredidas. Considerando tudo isso, não é de se admirar que, no Sul, o governo seja menos eficaz do que nas comunidades mais cívicas (PUTNAM, 2003, p. 128).

Várias foram as hipóteses levantadas pelo modelo de Putnam, em sua busca por desvendar quais variáveis explicam mais satisfatoriamente o bom funcionamento institucional. Não obstante as tentativas, nenhuma variável apresentou um poder explicativo a contento. O bom ou o mau desempenho dos governos regionais italianos mostrou-se totalmente desvinculado de quase todos os indicadores relativos à fragmentação política, polarização ideológica e conflito social. Nenhuma das investigações realizadas pelo autor e seus colaboradores ofereceram respaldo à teoria da qualidade do desenvolvimento institucional.

Em suma, o principal fator que admite ser apontado como explicação para o sucesso do governo é o grau de vida sócio-política observado em uma determinada região. Depois de duas décadas de estudos, o Putnam e seus colaboradores comprovaram empiricamente a importância da comunidade cívica, sendo esta condição *sine qua non* para o desenvolvimento de instituições eficientes. Leia-se como Reis (2003) se refere ao feito de Putnam:

[...] pode-se constatar que, em termos analíticos, o que Putnam faz é identificar na existência de uma 'comunidade cívica' e na disseminação da cooperação e da confiança

mútua no interior da população o mais eficaz e importante componente daquilo que Almond chamou de 'the support aspects of capability', que configurariam aquela espécie de 'reserva' do sistema político, ao determinar o seu 'potencial de apoio' ('support potential'). Putnam identificou, sob o rótulo da civic community, um conjunto de características mensuráveis, presentes na sociedade, capaz de expandir formidavelmente o potencial de apoio de um sistema político, de expandir o 'retorno' esperável pelo sistema a partir de suas próprias iniciativas. (2003, p. 43)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Comunidade e Democracia*, Putnam examinou o potencial da reforma institucional italiana, ocorrida em princípios dos anos de 1970, enquanto estratégia para a mudança política, bem como as restrições que o contexto social impõe ao desempenho institucional.

Os vinte anos de pesquisa permitiram ao autor inferir, por exemplo, que o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições. Quando o solo regional é fértil, as regiões sustentam-se nas tradições regionais; quando é ruim, porém, as novas instituições definham. A existência de instituições eficazes e responsáveis depende das virtudes e práticas republicanas. O contrato social que se sustenta na comunidade cívica não é de cunho legal, mas sim moral.

Tanto a relação assimétrica entre o Norte e o Sul italianos, quanto às teorias que se formulam para explicá-lo refletem o debate mais amplo sobre o desenvolvimento no terceiro mundo. Por que tantos países permanecem subdesenvolvidos? Erros de governo? Dependência centro-periferia? Imperfeições no mercado? Cultura? É justamente por essas razões que os estudos sobre a mudança institucional italiana tende cada vez mais a contribuir para a compreensão do porquê tantos países permanecerem ainda hoje na pobreza.

DIAS, R. A. Civic community: the democratic virtuous circle of institucional effective. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v.6, n.1/2, Jan.-Jun./Jul.-Dez., p.69-82, 2005.

REFERÊNCIAS

AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 49, p. 25-45, 2000.
- BAERT, P. Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 12, n. 35, fev., 1997.
- DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.
- DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- ELSTER, J. The market and the forum: three varieties of political theory. In: BOHMAN, James; REGH, William (orgs.). *Deliberative democracy: essays on reason and politics*. Cambridge: The MIT Press, 1997.
- FERNANDEZ, A. S. A.. Path dependency e os estudos históricos comparados. *BIB*. São Paulo, n. 53, p. 79-101, 2002.
- HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 36, p.39-53, 1995. HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v.2
- HABERMAS, J. *A Inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HALL, P.; TAYLOR, R. *Political science and the three new institutionalisms*. Cambridge: MA, June, 1996.
- MELO, M. A. Republicanismo, liberalismo e racionalidade. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 55-56, p. 57-84, 2002.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 1999..
- PRZEWORSKI, A. Minimalist conception of democracy: a defense. In: SHAPIRO, I.; HACKER-CORDÓN, C. (orgs.). *Democracy's value*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REIS, B. P. W. Ir para casa em paz: a economia das virtudes e a apatia como direito. ANPOCS. 2002.
- REIS, B. P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 21, p. 35-49, nov., 2003.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.
- VITA, Álvaro de. Liberalismo igualitário e multiculturalismo: sobre Brian Barry, Culture and Equality. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 55-56, p. 05-27, 2002.